Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2011

pwc

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 10 de junho e 31 de dezembro de 2011, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers, Rua Padre Carapuceiro 733, 8º, Recife, PE, Brasil 51020-280, Caixa Postal 317
T: (81) 3465-8688, F: (81) 3465-1063, www.pwc.com/br

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 10 de junho e 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 9 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Gilberto Bagaiolo Contador
Contador CRC 1RS069038/O-0 "T" PE

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	17.563	Fornecedores	104
Despesas antecipadas	164	Tributos a recolher (Nota 9)	939
Tributos a recuperar e outros	597	Obrigações sociais e trabalhistas	191
	18.324		1.234
		Não circulante	
		Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	98
			98
Não circulante		Patrimônio líquido (Nota 10)	
Imobilizado (Nota 7)	430	Capital social	60.000
Intangível (Nota 8)	42.550	Prejuízos acumulados	(28)
	42.980		59.972
Total do ativo	61.304	**Total do passivo e patrimônio líquido**	61.304

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações do resultado do período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações continuadas	
Receita de construção (Nota 11)	29.237
Custo de construção (Nota 12)	(28.947)
Lucro bruto	290
Despesas operacionais	
Honorários da administração (Nota 6)	(366)
Gerais e administrativas (Nota 13)	(1.812)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(1.888)
Resultado financeiro, líquido (Nota 14)	
Receitas financeiras	2.340
Despesas financeiras	(382)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15)	(98)
Prejuízo líquido do período	(28)
Prejuízo do período por lote de um milhão de ações do capital social - R$	(0,467)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo líquido no período apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital (Nota 10)	60.000		60.000
Prejuízo do período		(28)	(28)
Em 31 de dezembro de 2011	60.000	(28)	59.972

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa do período entre 10 de junho a 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	70
Ajustes	
Margem de construção (Nota 11)	(290)
Depreciação e amortização (Notas 7 e 8)	111
	(109)
Variação dos ativos e passivos	
Despesas antecipadas	(164)
Tributos a recuperar	(597)
Fornecedores	104
Impostos, taxas e contribuições sociais	1.130
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	364
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Adições ao intangível (Nota 8)	(3.756)
Adições ao intangível infraestrutura (Nota 8)	(28.947)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	(9.604)
Adições ao imobilizado (Nota 7)	(494)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(42.801)
Fluxo das atividades de financiamentos	
Integralização de capital (Nota 10)	60.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	60.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquida	17.563
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.563

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("Rota do Atlântico" ou "Companhia") foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – "Express Way", nos termos do contrato de concessão celebrado com o Poder concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE" (Governo do Estado de Pernambuco) - em 18 de julho de 2011.

A extensão concedida do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – "Express Way" é de 45 km, e o projeto será responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

A concessão, pelo prazo de 35 anos, a partir de 4 de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, gerenciamento da obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Adicionalmente, a Rota do Atlântico terá estrutura operacional equipada com Centro de Controle Operacional (CCO), base operacional com posto de atendimento ao usuário, postos de pesagem móveis, dois pátios logísticos, cinco praças de pedágio e um novo posto para a Polícia Militar Rodoviária.

Extinta a concessão, o Poder concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes revertidos todos os bens reversíveis nos termos do contrato de concessão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 9 de fevereiro de 2012.

Estrutura societária

Em 10 de junho de 2011, foi deliberada a aprovação do Estatuto Social da Concessionária Rota do Atlântico S.A. com capital subscrito de R$ 60.000, representado por 60 milhões de ações ordinárias nominativas com valor de R$ 1,00 cada uma. As ações foram igualmente subscritas, na proporção de 50% cada uma, pelas sócias Odebrecht Participações e Investimentos S.A. ("OPI") e Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. ("Invepar").

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vida útil dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 5).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

(c) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia gerou lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos passivos são calculados sobre a margem de construção do seu ativo concessivo, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão ("ICPC 01"), à alíquota nominal de 34%.

(e) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(f) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(g) Ativos intangíveis

(g.1) Infraestrutura

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01, item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico mais margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infra-estrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infra-estrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O reconhecimento dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que podem vir a afetar os saldos registrados.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontrar-se disponível para ser utilizado nas operações da Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia , ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(g.2) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 8.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(g.3) Estudos de projetos

Os estudos de projetos para desenvolvimento de concessões são capitalizados e amortizados, adotando o método linear de apropriação, pelo prazo da concessão (35 anos).

(g.4) Adiantamento a fornecedores

Os valores pagos a título adiantamentos aos fornecedores são avaliados ao custo e estão previstos no contrato de execução de obras civis firmado junto às construtoras.

O montante de adiantamento é realizado de acordo com a execução das obras e deduzido dos pagamentos das parcelas mensais posteriores.

(h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(i) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(j) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(k) Reconhecimento de receita

A Rota do Atlântico se encontra em fase pré-operacional, e ainda não gera receitas provenientes de cobrança de pedágios e receitas acessórias. A previsão para início das operações, e consequentemente, o reconhecimento de receitas desta natureza é no mês de maio de 2012.

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias por referência ao estágio de conclusão da construção.

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura, a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(l) Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

A Companhia está adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o período findo em 31 de dezembro de 2011 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferido passivo. Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$ 98, calculados sobre a margem de construção do seu ativo concessivo, conforme ICPC 01, a alíquota nominal de 34% (Nota 15).

(c) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de construção, a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia estimou como base para amortização dos bens intangíveis originados do contrato de concessão, um modelo linear em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(d) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

4.1 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Fundo fixo	4
Bancos conta movimento	30
Aplicação financeira de liquidez imediata (i)	17.529
	17.563

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, CDBs, remunerados a percentual das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI. Os prazos de resgate são de curto prazo e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor. Estas aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, caso resgatadas antes do prazo de vencimento.

6 Saldos e transações com partes relacionadas

	2011
Ativo	
Não circulante	
Adiantamento a fornecedores (Nota 10 (c))	9.604

	Período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011
Resultado	
Receita de construção (Nota 12)	29.237
Custo de construção (Nota 13)	(28.947)

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota 17 (b)), firmado em 29 de julho de 2011 junto à Construtora Norberto Odebrecht ("CNO") e Construtora OAS.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A remuneração total paga aos administradores no período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011 totalizou R$ 366.

7 Imobilizado

(i) Composição

		2011		
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10%	160	(5)	155
Máquinas e equipamentos	10%	9		9
Computadores e periféricos	20%	134	(6)	128
Ferramentas e aparelhos	10%	3		3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	188	(53)	135
		494	(64)	430

(ii) Movimentação

Saldo em 10 de junho de 2011	
(+) Adição	494
(-) Depreciação	(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	430

8 Intangível

(i) Composição

		2011		
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em infraestrutura (a)				
Rodovias		29.237		29.237
		29.237		29.237
Outros intangíveis (b)				
Software	20,00%	21	(2)	19
Estudos de projetos	2,86%	3.735	(45)	3.690
		3.756	(47)	3.709
Adiantamento a fornecedores (c)		9.604		9.604
		42.597	(47)	42.550

(a) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos e margem de construção (Nota 12) dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

A amortização iniciará a partir da data em que a rodovia encontrar-se disponível para operação (prevista para o mês maio de 2012), e deverá ser realizada pelo método linear, às quais estão limitadas ao prazo da concessão.

O montante do custo está majorado pela margem de construção de 1%, conforme orientação contida no ICPC 01.

(b) Outros intangíveis

As licenças de softwares adquiridas para a operação da Companhia são amortizadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil dos bens (5 anos).

Os estudos de projetos são os gastos pré-operacionais com estudos de viabilidade do negócio, e são amortizados pelo prazo total da concessão (35 anos).

(c) Adiantamento a fornecedores

O contrato de execução de obras civis assinado pela Companhia em 29 de julho de 2011, junto a CNO e a Construtora OAS, prevê em cláusula específica o adiantamento de pagamento correspondente a percentual do preço global para execução dos serviços.

O montante pago a título de adiantamento em 29 de julho de 2011 foi de R$ 11.052, e deve ser deduzido das parcelas mensais a serem pagas pela Companhia às construtoras.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da rubrica de "Adiantamento a fornecedores" reflete o montante pago a título de adiantamento, reduzido das deduções realizadas nas parcelas liquidadas do contrato de execução de obras em 2011:

	29 de julho de 2011	Deduções	31 de dezembro de 2011
CNO	5.526	(724)	4.802
Construtora OAS	5.526	(724)	4.802
	11.052	(1.448)	9.604

(ii) Movimentação

	Adições	Amortização	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Intangível em infraestrutura (a)				
Rodovias	27.789		1.448	29.237
	27.789		1.448	29.237
Outros intangíveis (b)				
Software	21	(2)		19
Estudos de projetos	3.735	(45)		3.690
	3.756	(47)		3.709
Adiantamento a fornecedores (c)	11.052		(1.448)	9.604
	42.597	(47)		42.550

A amortização do período refere-se apenas ao grupo de "Outros intangíveis", pois os ativos de infraestrutura ainda não se encontram em operação.

9 Tributos a recolher

	2011
ISS retido de terceiros	903
Outros	36
	939

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 10 de junho de 2011, foi deliberada a aprovação do Estatuto Social da Concessionária Rota do Atlântico S.A. com capital subscrito de R$ 60.000, representado por 60 milhões de ações ordinárias nominativas com valor de R$ 1,00 cada uma (valor expresso em reais). As ações foram igualmente subscritas pelas sócias OPI e Invepar. Nesta data, as sócias integralizaram, igualmente, capital no montante de R$ 3.000 cada uma, totalizando capital integralizado de R$ 6.000.

Em 18 de julho de 2011, as sócias integralizaram R$ 27.000 cada uma, totalizando a integralização de R$ 54.000 neste evento.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito da Companhia está representado por 60 milhões de ações, com valor nominal de R$ 1,00 por ação (valor expresso em reais), igualmente divididas entre as sócias OPI e Invepar. O capital de R$ 60.000 foi totalmente integralizado no exercício de 2011.

Composição acionária e capital social:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social
Invepar	30.000.000	30.000
OPI	30.000.000	30.000
	60.000.000	60.000

(b) Destinação dos lucros

O estatuto social prevê a seguinte destinação para os lucros auferidos em cada exercício, após a aprovação por Assembléia Geral Ordinária:

(i) 5% para reserva legal até que seu montante atinja 20% do capital social;

(ii) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade, por proposta do Conselho de Administração;

(iii) constituição de reservas de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; e

(iv) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei 6.404/76.

11 Receita de construção

	Período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011
Receita de construção - ICPC 01	29.237
Custo - ICPC 01	(28.947)
Lucro bruto	290
Margem	1,00%

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia considerou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

12 Custos de construção

Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados de infraestrutura, tomando-se por base as orientações contidas no ICPC 01. A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de R$ 28.947.

13 Despesas gerais e administrativas

	Período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011
Despesas com pessoal	790
Prestadores de serviços	271
Publicidade e propaganda	38
Gastos gerais administrativos	599
Depreciação e amortização	111
Outras despesas	3
	1.812

14 Resultado financeiro, líquido

	Período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011
Receita financeira	
Descontos obtidos	119
Rendimento de aplicação financeira	2.221
	2.340
Despesa financeira	
Juros sobre atraso de pagamento	(9)
IOF	(12)
Comissões e despesas bancárias	(361)
	(382)
Resultado financeiro, líquido	1.958

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou saldo de impostos diferidos passivos calculados sobre a margem de construção do seu ativo concessivo, conforme ICPC 01, nos montantes de R$ 72 e R$ 26 para imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

	Período de 10 de junho a 31 de dezembro de 2011
Receita de construção	29.237
Custo de construção	(28.947)
Margem da receita de construção (Nota 12)	290
Alíquota de imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(98)

16 Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 18 de julho de 2011 entre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE" (Governo do Estado de Pernambuco) e a Companhia, tendo como objeto a exploração do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – "Express Way", precedida de execução de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro sem prazo definido, a partir da data de assinatura do contrato.

A concessão será explorada em regime de cobrança de pedágio, sendo possível a exploração de receitas acessórias. Portanto, não havendo previsão de remuneração por ativos financeiros no contrato de concessão. a característica da remuneração é o direito adquirido pela prestação dos serviços, sendo classificado como ativo intangível.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

(b) Contrato de execução de obras civis

Contrato firmado em 29 de julho de 2011, tendo como contratadas a CNO e a Construtora OAS, sendo objeto do contrato a execução das obras civis e demais serviços necessários à implantação do sistema viário descrito no Contrato de Concessão.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2011, com prazo de execução de 24 meses.

17 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: (i) Seguros de riscos operacionais; (ii) Seguro de cascos da frota de veículos; (iii) Seguro de responsabilidade civil de operações; (iv) Seguro de responsabilidade civil de obras; e (v) Seguro de riscos de engenharia. Adicionalmente, a Companhia contrata seguros de garantia para assegurar uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades.

Pelo fato da Rota do Atlântico ainda não encontrar-se em efetiva operação, que está prevista para o mês de maio de 2012, os seguros obrigatórios relacionados nos itens (i), (ii), (iii) e (v) serão contratados apenas quando do início das atividades operacionais da concessionária.

Até 31 de dezembro de 2011, foram contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil de obras	Allianz Seguros	novembro de 2012	16.500
Seguro de garantia de execução contratual	Banco Fator Seguradora	julho de 2012	30.000
Responsabilidade civil de administradores	Allianz Seguros	junho de 2012	20.000

* * *